

EDUCAÇÃO FINANCEIRA: AS OPÇÕES DA NOVA CLASSE MÉDIA NO BRASIL.

Adriana Cristina Ferreira Vasconcelos Mendes¹ e Flavio Smania Ferreira²

RESUMO

Nós últimos anos constatou-se uma significativa transformação no cenário socioeconômico brasileiro. Segundo algumas pesquisas, inclusive da Fundação Getúlio Vargas, aproximadamente metade da população brasileira atualmente se situa na Classe Média, mais especificamente em uma posição intermediária entre as classes A, B e as classes D, E. Essa nova perspectiva, resultante de algumas conjunturas, como o aumento do emprego formal, qualificação profissional e educação, ensejaram aos integrantes dessas classes uma melhor qualidade de vida, em que se observou o aprimoramento do consumo, bem como possibilidades de investimento no mercado financeiro. Em relação a essa última perspectiva, considera-se importante o fortalecimento de ações no sentido de desenvolver a educação financeira, a fim de controlar o orçamento doméstico e permitir ao indivíduo o conhecimento necessário para que possa investir os excedentes financeiros em uma aplicação vantajosa e em conformidade com o seu perfil. Diante disso, o objetivo desse trabalho é demonstrar a importância de levar a informação à Nova Classe Média acerca de como investir no mercado financeiro, permitindo aos indivíduos desta classe, dar um destino adequado a seus recursos. A metodologia utilizada foi a da pesquisa bibliográfico-descritiva, em que se apoiou em fontes diversas para a constituição geral das informações, para que, posteriormente se pudesse expor uma concepção objetiva em torno do tema proposto, contribuindo assim, para fomentar inclusive novos estudos a cerca do tema.

Palavras-chave: Educação Financeira. Classe Média. Investimentos.

ABSTRACT

We found the last few years has been a significant transformation in the Brazilian economic scenario. According to some surveys, including the Getulio Vargas Foundation, approximately half of the population currently is in the middle class, more specifically in an intermediate position between the classes A, B and class D, E. This new perspective resulting in some situations, such as the increase in formal employment, vocational training and education, members of these classes gave rise to a better quality of life, in which we observed the improvement in consumption as well as investment opportunities in the financial market. Regarding this latter perspective, it is important to strengthen actions to develop financial education in order to control the household budget and allow the individual the knowledge necessary for you to invest surplus funds in an advantageous application and accordance with their profile. Thus, the aim of this work is to demonstrate the importance of bringing the information to the New Middle Class about how to invest in the financial market, allowing individuals of this class, give a suitable target your resources. The methodology used was the literature research-descriptive, in that it relied on several sources for the general constitution of the information, so that later you could expose an objective conception around the theme, thereby helping to foster new studies including the about the topic.

Keywords: Financial Education. Middle Class. Investments

1. INTRODUÇÃO

Mediante um novo cenário econômico que promoveu a estabilidade econômica de nosso país e propiciou diversos benefícios às camadas sociais brasileiras, entre estas a geração

¹ Graduada em Administração Geral pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – email: v.adriana@hotmail.com

² Professor do Curso de Administração Geral da Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos – email: flavioferreira@live.estacio.br

de novos empregos diretos e indiretos decorrentes principalmente do desenvolvimento industrial, depara-se com um novo cenário sócio-econômico das classes sociais no Brasil.

Deste desenvolvimento e crescimento, a classe social que obteve maiores benefícios, além do aumento substancial no número de integrantes, foi aquela denominada de Classe Média, cujo número de integrantes representa aproximadamente metade da população brasileira.

O desenvolvimento do potencial econômico da Classe Média teve como conseqüência um aumento exponencial no consumo, possibilitando à mesma o maior controle e autonomia das finanças domésticas e conduzindo alguns membros desta classe social a investirem o excedente no mercado financeiro. No entanto, ao observar os investimentos dos indivíduos da classe média brasileira, percebe-se que um grande número de pessoas opta por investir na popular Caderneta de Poupança, ainda que o mercado ofereça opções eficientes e seguras de investimentos financeiros. Entre os motivos pelos quais esses indivíduos tendem a encaminhar seus investimentos para a Poupança, está a falta de conhecimento sobre o mercado financeiro.

As possibilidades de investimento no mercado financeiro não apresentam exigências ou um perfil específico que vincule a sua prática a uma determinada faixa social. Assim, por não haver restrições aos investidores de acordo com seu perfil, este mercado é amplo e passível de adesão a qualquer indivíduo. Pode se perceber, no entanto, a ausência de informações acerca das possibilidades de investimento, principalmente para os integrantes da Nova Classe Média, que hoje contam com um número elevado de integrantes migrados das classes D e E.

Levando-se em consideração essa circunstância destaca-se o seguinte problema: Qual a importância da educação financeira para a administração do poder de compra e as possibilidades de diversificar investimentos, visando o futuro da nova classe média brasileira?

Diante desse contexto, o objetivo desse artigo é o de destacar a importância de levar as informações sobre como investir no mercado financeiro à Classe Média, permitindo que os indivíduos que integram esta classe, possam ampliar suas possibilidades no que se refere aos seus recursos financeiros.

Este trabalho se justifica no sentido de constituir um material substancial de informações em relação ao tema proposto, reforçando o domínio da área de administração geral, bem como contribuir para novas fontes de análise e reflexão, a fim de resultar em novos estudos.

A pesquisa traz um processo racional e sistemático cuja finalidade é a de propiciar respostas aos problemas levantados. Para Oliveira (2002) o método é decorrente da metodologia e se trata do conjunto de procedimentos que viabilizam conhecer uma realidade ou ainda desenvolver certos processos. Assim, um dos elementos que compõe à metodologia é o método que é definido por Oliveira (2002, p. 57) como: “[...] uma forma de pensar para chegar à natureza de um determinado problema, quer seja para estudá-lo, quer seja para explicá-lo.”

Desta maneira, ao que se refere ao método de abordagem, foi utilizado o método dedutivo que, de acordo com a concepção de Costa (2001) é o método que parte do geral e desce para o subjetivo, ou seja, “[...] Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” Assim sendo, partir dos fenômenos gerais observados, teóricos e empíricos, será exposta uma concepção subjetiva para responder o problema apontado.

Para se efetivar tal perspectiva, utilizou-se de pesquisa bibliográfica descritiva na qual foram utilizadas as concepções de autores diversos acerca do tema bem como artigos e obras encontradas em diversas fontes disponíveis.

2. A CLASSE MÉDIA NO BRASIL

Para melhor compreensão do conceito de classe média, crucial é defini-la. O termo “classe social” abrange diversas perspectivas que vão desde o contexto político, o sociológico, o cultural e o econômico. Contudo, sem o interesse de se aprofundar em aspectos conceituais amplos, para essa pesquisa o interesse acerca de classe social inclina-se à perspectiva econômica em termos de renda e potencial de investimentos. Diante disso, entende-se como classe social, no contexto econômico, um panorama de estratificação de grupos sociais a partir da renda, em que se considera como critério principal o poder de consumo de cada classe. (DIEGUEZ, 2008).

Levando em referência o contexto do parágrafo anterior, Coelho (2010, p. 3) faz a seguinte colocação:

A divisão das classes sociais visa segmentar o mercado levando em conta o poder aquisitivo de cada grupo. É obtida a partir principalmente da existência de diversos itens de consumo nas residências, além de avaliar o

grau de instrução do chefe de família e se há empregado doméstico na residência.

No contexto brasileiro essa estratificação apresentou perfis distintos desde à década de 1950, quando o país iniciou seu processo de industrialização, inserindo-se eminentemente na perspectiva do capitalismo de mercado. Ao contrário do que se esperava com as crises econômicas ocorridas ao longo desse período, observou-se um crescimento da renda em algumas classes sociais, principalmente na classe média. Para melhor compreender essa questão, é necessário expor a classificação de classes sociais considerada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que usa como referência o salário mínimo conforme demonstra a tabela 1:

Tabela 1: Classificação de classes – critério renda

<i>Classe</i>	<i>Salários Mínimos</i> ³	Renda Familiar (R\$)
A	Acima de 20 SM	R\$ 12.440
B	10 a 20 SM	R\$ 6.220 a R\$ 12440
C	4 a 10 SM	R\$ 2.488 a R\$ 6.220
D	2 a 4 SM	R\$ 1.244 a R\$ 2.488
E	Até 2 SM	R\$ 1.244

Fonte: Adaptado. IBGE, (apud. COELHO, 2010)

Conforme os dados obtidos na tabela anterior, a classe ali denominada de “C” é a que se encontra em posição intermediária em relação às demais classes assim, por sua colocação, é também conhecida como Classe Média. Segundo Coelho (2010), com a aceleração da economia que o Brasil vem sentindo nos últimos cinco anos, aproximadamente vinte milhões de pessoas migraram, principalmente, das classes D e E para a classe C, conseqüentemente representando uma ascensão da Classe Média.

O gráfico 1, que segue, ilustra de forma clara a situação das classes entre os anos de 2000 a 2005:

³ Considera-se o Salário Mínimo de R\$ 622,00.

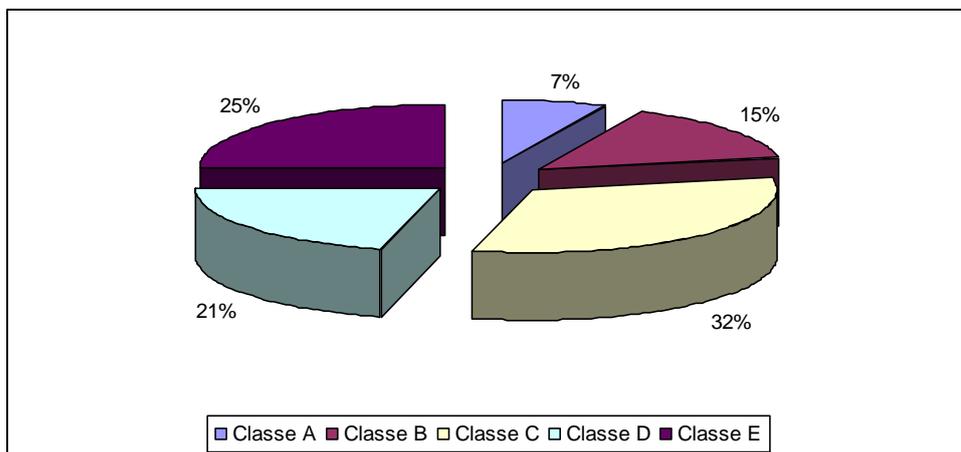


Gráfico 1: Distribuição das classes sociais – 2000-2005

Fonte: Coelho, 2010

De acordo com o gráfico 1, é possível observar a existência de uma concentração evidente nas classes C, D e E. Considerado de forma isolada, a classe C, esta é a que apresenta o maior grupo de indivíduos, deste modo este cenário já representa uma estabilização de renda nesse segmento.

Já no gráfico 2, abaixo, apresenta-se o cenário posterior a 2006, demonstrando o processo de migração das classes mencionadas anteriormente:

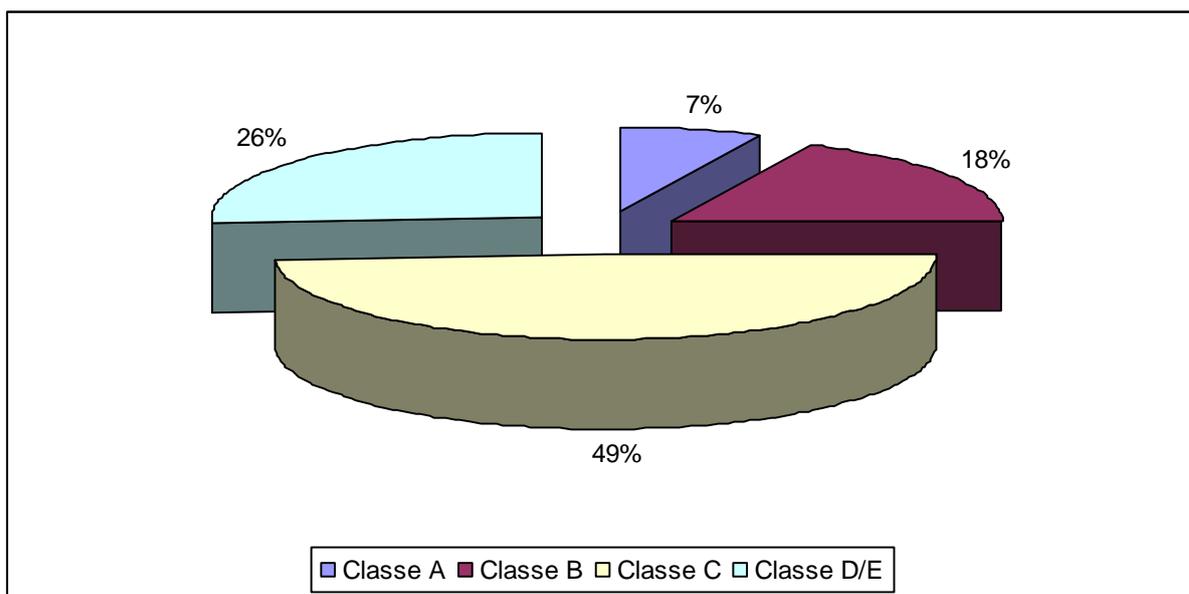


Gráfico 2: Distribuição das classes sociais -2006-2010

Fonte: Coelho, 2010

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) valida às informações expostas nos gráficos anteriores, com pequena variação de índices, consequência da metodologia de pesquisa. Ao comparar os dados de ambos os gráficos, observa-se que a classe A se manteve em 7%, a classe B passou de 15% para 18%. Houve ainda, um crescimento substancial na Classe C que

passou de 32% para 49% e houve uma redução significativa nas classes D e E, que antes somavam 46% passando para 26%,

Com isto, conclui-se que o desempenho positivo da economia ocorrida após o ano de 2006, desencadeou uma melhora na qualidade de vida deste público em termos de renda, o que conseqüentemente se refletiu no consumo. Nesse sentido, observa Coelho (2010, p.2):

A Classe C passou a ter liberdade de consumir em uma área antes desconhecida. Com a estabilização da economia, a Classe C começa a aventurar-se na aquisição de bens de consumo até há pouco tempo restrito às classes A e B, enquanto as classes mais baixas começam a conhecer aquilo que a classe C já teve acesso.

Além desse aprimoramento no consumo, hábito que passou a caracterizar a nova classe média, outro aspecto passou a integrar a realidade dessa classe, os excedentes de recursos, porém, sem o conhecimento necessário: o investimento no mercado financeiro. E, diante desta realidade, é fundamental expor as formas de investimento disponíveis no mercado financeiro, apontando as opções para a classe média.

Diante dos dados apontados, hoje, a classe média representa a maior parte da população brasileira. Segundo Furbino (2011), quase cem milhões de brasileiros passaram a integrar essa classe e diversos são os fatores que contribuíram para essa realidade: a geração de emprego, qualificação profissional e educação.

Ainda de acordo com Furbino (2011) desde 2004 a classe média vem aprimorando suas fileiras. O principal fator para essa realidade é a educação profissional que tem o potencial de inserir o indivíduo no mercado de trabalho formalmente, com carteira registrada, assegurando a garantia de consumo, bem como uma qualidade de vida estável.

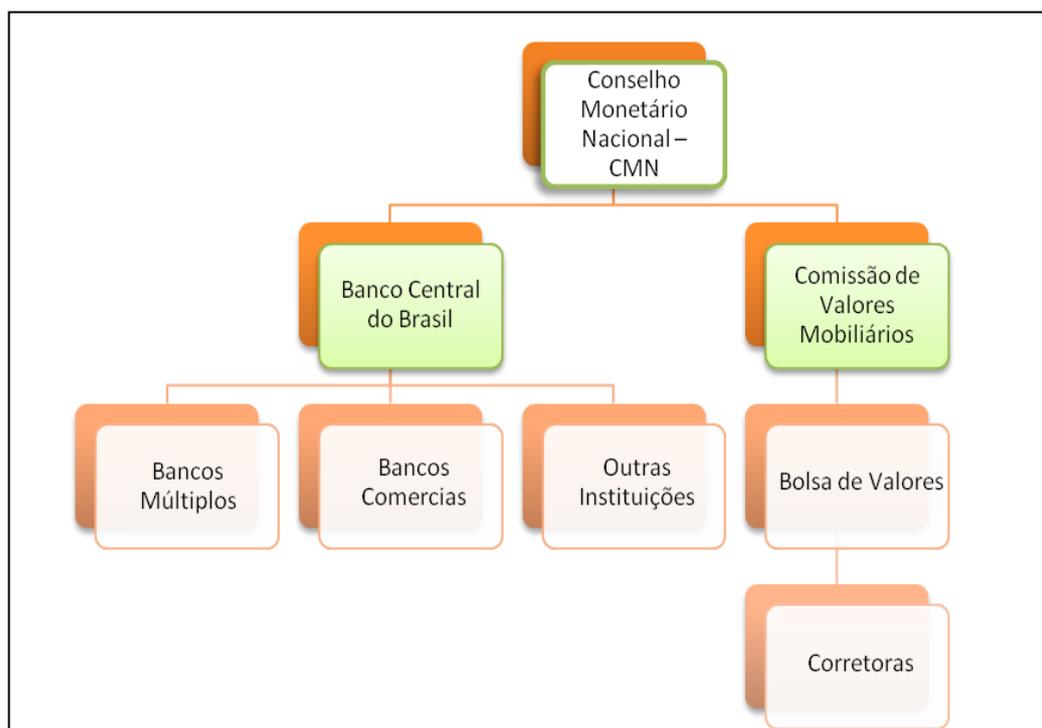
Contudo, é fundamental destacar que a estabilização da economia, a redução da inflação e a redução da dívida interna e externa permitiram ao país desenvolver e atrair investidores, a ponto de permitir o desenvolvimento da indústria nacional, gerando empregos e propiciando um melhor poder aquisitivo para a população (FURBINO, 2011).

Com uma renda estável e emprego assegurado, além de aumentar o consumo, a nova classe média passou a experimentar novas possibilidades antes não conhecidas: a aplicação de recursos excedentes do orçamento no mercado financeiro. Porém, a falta de conhecimento em relação a esse contexto vem limitando esse nicho na busca de um investimento vantajoso e seguro, de modo que a educação nesse sentido passou a ser essencial.

3. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

Entende-se por Sistema Financeiro o conjunto de instituições públicas e privadas que tem por objetivo desenvolver ações no sentido de propiciar condições para a manutenção e administração de recursos financeiros da sociedade em geral, incluindo pessoas físicas e jurídicas (ASSAF NETO, 2009; FORTUNA, 2002).

O Sistema Financeiro atua no mercado financeiro, que de acordo com Fortuna (2002), refere-se ao ambiente onde as dinâmicas mencionadas se efetivam, permitindo que todos aqueles que dispõem de determinados recursos possam investir ou ainda obter crédito. O Sistema Financeiro do Brasil é composto pelo Conselho Monetário Nacional; Banco Central, Bancos e instituições auxiliares representadas pela Bolsa de Valores e corretoras.



Organograma 1: Estrutura do Sistema Financeiro do Brasil

Fonte: Autores

No que se refere ao Conselho Monetário Nacional – CMN – trata-se de um órgão deliberativo superior na hierarquia do Sistema Financeiro, o qual tem a competência de determinar as diretrizes gerais das políticas monetária, cambial e creditícia; regular as condições de constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras e disciplinar os instrumentos de política monetária e cambial. A direção do CMN é composta pelo Ministro de Estado da Fazenda que tem a função de presidente, pelo Ministro de Estado

do Planejamento e Orçamento e pelo Presidente do Banco Central do Brasil, esta instituição tem como secretaria o próprio Banco Central do Brasil. (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012).

Como órgão normativo não lhe cabe funções executivas, sendo o responsável pela fixação de diretrizes das políticas monetárias, creditícia e cambial do país. Pelo envolvimento destas políticas no cenário econômico nacional, o CMN acaba se transformando num conselho de política econômica. (FORTUNA, 2010, p. 19)

O Banco Central do Brasil é uma autarquia federal que integra o Sistema Financeiro Nacional vinculado ao Ministério da Fazenda, e atua como órgão executivo central do sistema financeiro, trata-se de uma das principais autoridades monetárias do país, estando abaixo na hierarquia do CMN. Tem como atribuições: emitir papel moeda, executar ações de meio circulante, receber os recursos compulsórios dos demais bancos comerciais; oferecer assistência de liquidez às instituições financeiras, autorizar e fiscalizar instituições financeiras no mercado entre outras ações (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2012).

Os bancos, por sua vez, são divididos em dois contextos distintos segundo Assaf Neto (2009): os bancos comerciais, que são as instituições que são constituídas em forma de sociedade anônima com a função de captar recursos, os depósitos a vista, e aplicar no mercado financeiro, conforme regras estabelecidas, assegurando a liquidez aos depositantes, bem como oferecer serviços financeiros autorizados pelo SFN, como créditos, aplicações entre outras formas de serviços.

[...] seu objetivo precípua é o de proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas. (FORTUNA, 2010, p. 19)

E aos bancos múltiplos, que, de acordo com Fortuna (2010), são baseados nas funções que lhe competem, entendidas como Banco Comercial, de Investimento e Desenvolvimento, Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento e de Crédito Imobiliário, de modo que, para se caracterizar nesse contexto, a instituição tem de operar em pelo menos duas dessas carteiras, compulsoriamente comercial ou de investimentos.

A Comissão de Valores Mobiliários (FERREIRA, 2012, p. 3) conceitua como sendo o "[...] conjunto de instituições é órgãos que regula, fiscalizam e executam as operações relativas à circulação de moeda e de crédito."

Assaf Neto (2009) e Fortuna (2010) mencionam que as Bolsas de Valores, são sociedades civis, com o propósito de assegurar um ambiente favorável para a negociação de títulos e valores mobiliários de pessoas jurídicas e privadas, garantem a liquidez desses

títulos. Já às corretoras, são instituições que tem como objetivo intermediar a aquisição e controle de títulos e valores mobiliários.

4. TIPOS DE INVESTIMENTOS

4.1 Títulos de renda fixa

No mercado financeiro estão disponíveis diversas espécies de investimentos, sendo que cada qual corresponde a um perfil do investidor. Dentre as espécies de investimento estão os títulos de renda fixa que é uma espécie de investimento que paga, em períodos pré-definidos, uma determinada remuneração podendo ser definida na contratação ou no momento do resgate. Um título de renda fixa corresponde a um empréstimo a quem emite o título (FORTUNA, 2010).

Cada vez que uma pessoa compra um título de renda fixa, ela está basicamente emprestando dinheiro ao emissor do título (que pode ser o seu banco, uma empresa ou o governo). Os juros cobrados nada mais são do que a remuneração que se recebe por emprestar seu dinheiro.

Outra forma de investimento é a aplicação em Certificado de Depósito Bancário e os Recibos de Depósitos Bancários. Assaf Neto (2009, p.152) faz a seguinte colocação a respeito deles:

Os CDBs e RDBs constituem-se em títulos de renda fixa emitidos pelos Bancos Comerciais/Múltiplos e Bancos de Investimentos destinados a lastrear operações de financiamento de capital de giro. A principal diferença entre o CDB e o RDB é a possibilidade do certificado de depósito bancário em ser transferido a outros investidores por endosso nominativo. O RDB é um título intransferível

Os recursos decorrentes desses investimentos são repassados a outros clientes em forma de empréstimos em que a instituição financeira passa a ser a intermediária dos recursos de superávit para suprir situações deficitárias.

A poupança é a forma de investimento mais simples encontrada no mercado. A partir de 04 de maio de 2012 passou a vigorar a nova regra de remuneração da caderneta de poupança, alterando o sistema anterior que era de TR – Taxa referencial acrescido de 0,5% ao mês, atualizados mensalmente na data de aniversário do depósito; para a nova fórmula, que

quando a taxa básica de juros, a Selic, estiver 8,5% ao ano ou menor, o rendimento passa a ser 70% da Selic acrescido da TR. Atualmente a taxa Selic está em 9% ao ano, nesse cenário, a remuneração continua sendo a condição anterior. A vantagem é que não há incidência de impostos sobre os rendimentos e a liquidez é imediata, a desvantagem é a baixa remuneração do rendimento (FORTUNA, 2010; BAND ECONOMIA, 2012).

É relevante destacar que nos casos dos saldos existentes até 3 de maio de 2012, não houve alteração nos rendimentos, contudo, depósitos nessas contas não são mais possíveis, assim, novos depósitos passam a ter registros separados (BRASIL, 2012).

As debêntures são outra espécie de investimento e se tratam de títulos emitidos por determinada instituição com a promessa de pagamento ao portador no valor do capital investido acrescido de juros em data estabelecida previamente (PIMENTEL, 2009).

Assaf Neto (2009 p.172) menciona que:

Os juros podem ser pagos periodicamente, durante todo o prazo de emissão da debênture, ou ao final, no momento do resgate. Quando o prazo de emissão do título for superior a um ano, os juros são pagos, em geral, periodicamente.

A aplicação em debêntures apresenta vantagem no sentido de que também se tratam de títulos de renda fixa, permitindo ao investidor ter a noção do montante a ser recebido no prazo contratado. A desvantagem é o risco da liquidez (FORTUNA, 2010).

Os títulos públicos se caracterizam como uma forma de empréstimo ao governo, da qual os emitem com a promessa de pagamento futuro ao investidor, são títulos bem aceitos pelo mercado pela liquidez inerente a ele e taxa de juros superiores ao da poupança, por exemplo. Dentre os títulos públicos mencionam-se as Letras do Tesouro Nacional, Letras Financeiras do Tesouro e Notas do Tesouro Nacional. A grande vantagem desses investimentos é a liquidez

4.2 Títulos de renda variável

Por fim, destacam-se os títulos de renda variável que são aqueles que cuja renda não pode ser definida em termos de taxa e valores, mais especificamente o retorno do capital não pode ser dimensionado, podendo o investidor ganhar ou perder conforme as expectativas de mercado, pois estão minimamente dependentes dele. São títulos comumente negociados na

Bolsa de Valores como as ações, cotas de capital, commodities (ouro, moedas), e derivados, como contratos de mercadorias, de futuros entre outros (FORTUNA, 2010).

Conforme se observa, diante das variações do mercado, essas espécies de investimentos são passíveis de risco, contudo, quando o mercado encontra-se em alta, os ganhos são bem superiores aos das aplicações de renda fixa. Levando em consideração as ações, que são parcelas que compõe o ativo de uma empresa, são títulos de renda variável, porém um investimento de risco, uma vez que a sua rentabilidade se compõe de diversos fatores para que o investidor tenha um retorno eficiente. Dentre esses fatores, menciona-se: a credibilidade da empresa no mercado, sua salubridade financeira entre outros contextos (FORTUNA, 2010).

De acordo com Assaf Neto (2009) existe uma classificação no momento da negociação de um título no mercado, de modo que o lançamento de um novo título é denominado de mercado primário ou secundário. O mercado primário refere-se a um ativo negociado pela primeira vez; a partir daquele instante. A distinção entre ambos está no aspecto que no mercado primário os recursos destinam-se às empresas emitentes das ações; enquanto que no secundário, os recursos são transferidos para os acionistas.

Ao que se refere ao mercado de futuros, a sua finalidade é o de assegurar a proteção de capitais dos investidores como os agricultores, industriais, comerciantes entre outros contra as variações de mercado e oscilações de preços de seus produtos ou investimentos (FORTUNA, 2010).

Nas transações ocorridas no mercado de futuros se efetiva o compromisso de compra ou venda dos ativos em que são predeterminados os valores envolvidos nas transações, conseqüentemente, garantindo ao investidor uma posição privilegiada em caso de alterações dos preços negociáveis.

Em relação aos mercados a termo, de acordo com Fortuna (2002), são semelhantes aos mercados futuros, uma vez que este também é efetivado por meio de contrato de compra e venda de um ativo em que o preço já é estipulado, a diferença é que os termos do contrato são particulares, ajustados entre dois clientes ou instituições financeiras, sendo os termos estabelecidos de comum acordo entre as partes.

Como citado anteriormente, ações são títulos de renda variável, ou seja, não oferece uma rentabilidade garantida, porém a rentabilidade é composta por diversos fatores e dependerá de diversos fatores para obter o investimento que o investidor deseja alcançar.

Por fim, menciona-se o mercado de opções, na qual confere ao titular de um direito de comprar ou de vender um ativo por um valor específico, sendo representados por ações, títulos ou qualquer outro bem negociável como commodities, cotas de capital entre outros.

De acordo com Fortuna (2002), a opção pode ser de venda, que permite ao investidor resgatar o valor predeterminado pelo ativo; e de compra, que garante o preço fixo e a prerrogativa na compra caso surja outro comprador. Conforme o próprio nome esclarece, o mercado de opção é de exercício opcional, assegurando direitos somente ao possuidor do bem, o emissor assiste a obrigação de cumprir o que promete o papel negociado. Abaixo quadro com as principais opções de investimentos.

Tabela 2: TIPOS DE INVESTIMENTO

<i>Renda Pré ou Pós Fixada</i>	<i>Renda Variável</i>
Caderneta de Poupança	Commodities
CDB / RDB	Derivativos
Debêntures	ETFs
Títulos Públicos	Fundo de Ações
Letras de Câmbio	Imóveis
Letras Hipotecárias	
Letra de crédito imobiliário	
Plano de Previdência Privada	

Fonte: Autores.

Conforme se pôde constatar dos investimentos descritos, há uma grande variedade disponível no mercado, e cada um proporciona vantagens e desvantagens. Contudo, além desse contexto, é relevante destacar que há riscos envolvidos em muitos destes investimentos, principalmente no que se refere aos de renda variável, na qual não há a possibilidade de se prever a dinâmica de mercado. Há ainda, os investimentos de baixo-risco ou de risco nulo, comuns aos de renda fixa, em que a maior parte dos investidores faz sua opção de participação.

Segundo Fortuna (2002) a opção por um investimento ou outro depende muito da capacidade de investir, de modo que cada investimento se relaciona com um perfil de investidor, assim, pode-se dizer que a o investidor arrojado, o moderado e o conservador. Estes perfis podem ser auferidos através de testes, desenvolvidos à partir de um questionário e

podem ser encontrados em sites como da revista Exame (2012) ou de instituições financeiras como o Banco do Brasil (2012). Levando em consideração essa nova característica da classe média, em que seus integrantes migraram das classes imediatamente inferiores, destaca-se que, por não terem hábitos de investir e agora têm esse privilégio, crucial é proporcionar informações a esse público para que possam efetuar investimentos eficientes e dinamizar suas economias, para isso, a educação financeira é de suma importância.

Muitos dos termos descritos são desconhecidos da maior parte da classe média. Quando investem, os indivíduos da classe média o fazem na poupança por se tratar de uma forma de investimento mais popular, de modo que segundo informações do Banco Itaú (2011), a sua maior carteira de investimentos é a Caderneta de Poupança, representando, quase 70% dos recursos captados em investimentos, sendo que dessa população 80 % são pequenos poupadores com contas de até dez mil reais, em sua essência pertencente à classe média.

Destaca a própria instituição que todas as formas de investimento, como as mencionadas, cabem ao perfil da classe média, necessitando somente que os seus integrantes conheçam as informações sobre esses investimentos, expondo-lhes as vantagens e desvantagens, bem como os riscos envolvidos. Vale complementar que, as orientações, estribadas no sentido educacional, têm a finalidade de reduzir as possíveis adversidades.

5. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Menciona D' Aquino (2008, p.4) que “Desde o surgimento do dinheiro, surgiu a necessidade de se pensar sobre nele”, ou seja, pensar de forma ampla, em como gastar e como investir, encontrar um equilíbrio em sua dinâmica. Para isso a educação passou a ser crucial. Assim, a expressão educação financeira pode ser definida da seguinte forma de acordo com a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico OCDE, (apud. SAITO, SAVOIA E PETRONI, 2007, p. 4):

[...] um processo em que os indivíduos melhoram a sua compreensão sobre os produtos financeiros, seus conceitos e riscos, de maneira que, com informação e recomendação claras, possam desenvolver habilidades e a confiança necessárias para tomarem decisões fundamentais e com segurança, melhorando o seu bem-estar financeiro.

Outra definição oferecida para educação financeira está no sentido de ser:

[...] conjunto amplo de orientações e esclarecimentos sobre posturas e atitudes adequadas no planejamento e uso de recursos financeiros pessoais. É a capacidade de tomar decisões apropriadas na gestão das próprias finanças. Não deve ser confundida com o ensino de técnicas ou macetes de como ganhar dinheiro. (OCDE, apud. SAITO, SAVOIA E PETRONI, 2007, p. 4):

Observa-se a partir das duas definições que a educação financeira tem como objetivo, além de propor formas de planejamentos na administração dos recursos pessoais, proporcionar ao indivíduo o conhecimento necessário para atuar com segurança como consumidor e como investidor no mercado. Desta forma, a educação financeira, tem como meta disciplinar o indivíduo a administrar de forma eficiente suas finanças de modo a torná-la mais valorizada diante às circunstâncias de consumo, bem como nas situações de investimento.

São princípios enfatizados pela Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), conforme relatam Saito, Savoia e Petroni (2007):

- A educação financeira deve promover, de uma forma justa, o desenvolvimento das competências financeiras que os indivíduos precisam ter através de informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares;
- Os programas de educação financeira devem focar as prerrogativas de cada país, adequando-se à realidade nacional, incluindo aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e economia;
- O processo de educação financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- O envolvimento das instituições financeiras no processo de educação financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que

comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores;

- A educação financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam;
- A educação financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas sejam inseridas no processo o quanto antes.
- Os programas ou as disciplinas de educação financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento e a contratação de seguros.
- Os programas ou as disciplinas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível.

Conforme se pôde constatar pelas orientações do OCDE, para a efetivação da educação financeira deve haver o comprometimento das próprias instituições financeiras e do Estado por meio da educação formal.

Levando em consideração que a Classe Média contemporânea não tem costume de investir, embora venha apresentando essa característica por ter uma faixa de renda compatível com essa perspectiva, conforme exposto na tabela 1, muitos investimentos não são feitos ou são feitos de forma menos vantajosa dada a falta de informações. De acordo com um estudo realizado por Amaral (2011), a nova classe média consome muito e faz poucos investimentos. Segundo os dados levantados pela autora, 51 % das amostras investigadas não realizam nenhum tipo de investimento. Da parcela que realiza alguma espécie de investimento, correspondente a 49% das amostras, 77% deles afirmaram que pretendem aumentar ou realizar um investimento.

Pensando neste sentido as instituições financeiras vêm apostando nesta população, oferecendo educação financeira a seus clientes, propiciando a eles informações relevantes sobre o mercado financeiro, bem como a melhor forma de investimento para os seus recursos conforme os objetivos pessoais.

Diante disto, pode-se inferir que o próprio mercado percebeu a ausência de conhecimento dessa nova classe média, bem como a necessidade de informar seus integrantes da importância de se investir, mas investir de forma consciente, a fim de obter os melhores

rendimentos possíveis de seus recursos, e, evidenciando, que a educação financeira institucional, seja pelas próprias instituições financeiras ou pela própria educação pedagógica, é um fator relevante para que a Classe Média possa alcançar vantagem da situação em que se encontra, por meio de investimentos seguros e realizados de forma consciente.

A educação financeira deve ultrapassar o mero objetivo de esclarecimento das formas de investimento presentes no mercado e estar disponível a todos os indivíduos. É de suma importância que a finalidade da educação financeira seja ampla, no sentido de mantê-los incluídos, demonstrando que o Brasil é um país de economia propenso a oscilações, à crises econômicas, assim como qualquer outro país. Também deve-se observar que ao aposentar-se a renda tende a cair, de modo que a condição na qual se encontra a Nova Classe Média pode ser algo transitivo. Diante disso, a busca de alternativas para a preservação da qualidade de vida, bem como da preservação de um futuro cômodo é de suma importância oferecer informações que levem essa Nova Classe Média a investir mais os recursos excedentes, visando investimentos de longo prazo tais como: imóveis ou Previdência Privada, permitindo, com isso, uma perspectiva melhor para o futuro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo destacou-se que metade da população brasileira é parte integrante da Nova Classe Média, que se caracteriza por um potencial substancial de consumo e que busca por melhor qualidade de vida. Além de ter uma renda que permite aprimorar o consumo, subentende-se que esta classe representa um potencial público investidor no mercado financeiro.

Foi exposto que as formas de investimentos presentes no mercado são variadas, caracterizando-se como de renda fixa e renda variável, contudo, o que se constatou é que a maior parte dos investimentos realizados por essa classe é direcionado para a Caderneta de Poupança, não por se tratarem de investimentos ruins, mas diante da diversidade de investimentos tratados, é possível constatar que a aplicação em Poupança tornou-se hábito entre os brasileiros, principalmente os de classes mais baixas, não somente por se tratar de um investimento seguro e de liquidez certa, mas, justamente, pela ausência de informação em relação a outras formas de investimento presente no mercado financeiro.

Diante destas circunstâncias e levando em consideração os princípios da Educação Financeira que foram expostos, é evidente que essa Nova Classe Média necessita ser submetida à educação financeira, a fim de que não somente possa administrar seus recursos de forma mais racional, mas, também, compreender a dinâmica dos mais diversos investimentos para que possam diversificar suas aplicações, conseqüentemente, oferecendo um destino mais rentável e vantajoso aos seus recursos pessoais.

As informações aqui discorridas, embora relevantes, não são conclusivas, já que a literatura em torno do tema ainda é escassa, de modo que, diante dessa realidade, novos estudos devem ser realizados de forma mais aprofundada para se compreender a essência dessa Nova Classe Média ao que se concerne ao seu paradigma de investidor.

7 REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Paula Piga. **Comportamento de Consumo da Nova Classe Média: Estudo de Caso com os Consumidores de Ipaussu – SP**. 2011. 90f. Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – Faculdade Estácio de Sá, Ourinhos – SP, 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. 5. Ed. São Paulo: Atlas. 2009

BANCO DO BRASIL, **perfil do investidor**. Disponível em <<http://www.bb.com.br/portalbb/jsp/popup/perfilInvest.jsp?codigoMenu=1092&codigoRet=9852&bread=10>> acesso em: 19 maio 2012.

BANCO ITAU. **Apostila Certificação Profissional ANBID Série CPA-10**. São Paulo, 2011.

BAND ECONOMIA. **Bancos seguem nova regra de poupança**. Disponível em [HTTP://www.band.com.br/noticias/economia/noticia/?=100000502332](http://www.band.com.br/noticias/economia/noticia/?=100000502332) Acesso em: 18 maio 2012.

BRASIL. Medida Provisória Nº 567, de 3 de maio de 2012. Altera o art. 12 da Lei no 8.177, de 1o de março de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Mpv/567.htm> acesso em: 22 maio 2012.

BRASIL, Ministério da Fazenda. **Conselho Monetário Nacional**. Disponível em <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/orgaos/cmn/cmn.asp>> Acesso em: 12 maio 2012.

COELHO, Ludmar Rodrigues. **O Brasil, suas classes sociais e a implicação na economia**. 2010. Disponível em <<http://www.logisticadescomplicada.com/o-brasil-suas-classes-sociais-e-a-implicacao-na-economia-2/>> Acesso em: 18 abr. 2012.

COSTA, Dierl . **Métodos de Pesquisa**, São Paulo: Atlas, 2001.

D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira. Como educar seu filho.** Coord. Gustavo Cerbasi. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

DIEGUEZ, Carla. **O que é Classe Social.** 2008. Disponível em <<http://www.sinprorp.org.br/clipping/2008/081.htm>> Acesso em: 23 abr. 2012.

EXAME, **perfil do investidor.** Disponível em <<http://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/ferramentas/perfil-do-investidor.shtml>> acesso em: 19 maio 2012.

FERREIRA, Ricardo. **Estrutura do Sistema Financeiro Nacional.** Disponível em <<http://www.editoraferreira.com.br/publicue/media/01SFN.pdf>> Acesso em: 12 maio 2012.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado Financeiro: Produtos e Serviços.** 15. Ed. Rio de Janeiro: Qualitymark. 2002.

_____. **Mercado Financeiro. Produtos e serviços.** 18 ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

FURBINO, Zulmira. **Qualificação sustenta a ascensão da nova classe média no país. 2011.** Disponível em <http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2012/03/11/internas_economia,282744/qualificacao-profissional-sustenta-ascensao-social-dos-100-milhoes-de-brasileiros.shtml> Acesso em: 12 maio 2012.

OLIVEIRA, Sílvio; Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI; TCC, monografias, dissertações e teses.** São Paulo: Pioneira, Thomsom Learning, 2002.

PIMENTEL, Renê Coppe (Coord.). **Curso de mercado financeiro: tópicos especiais.** São Paulo: Atlas, 2009

SAITO, André Taue; SAVOIA, José Roberto Ferreira; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>> Acesso em: 10 maio 2012.